

Brasil na Redemocratização e na Globalização

Duração: 3 aulas

Referência do Livro do Aluno: Unidade 4, Capítulo 13

Relevância para a aprendizagem

A década de 1980 marcou o fim da ditadura militar no Brasil e o início da abertura política que culminou no restabelecimento da democracia após 21 anos dos militares no poder. Depois desse gradual processo de transição, outros desafios surgiam para a construção de uma sociedade assentada em valores genuinamente democráticos. Nesse sentido, os direitos das minorias tornaram-se um dos assuntos mais importantes do novo século em virtude dos inúmeros casos de racismo, homofobia e xenofobia que passaram a ser notificados com a emergência de um Estado Democrático de Direito garantido pela Constituição de 1988. Apesar de muitos esforços, o exercício da cidadania plena ainda esbarra em muitas dificuldades. Partindo dessa problemática, esta sequência didática vai trabalhar com o processo de reconstrução da cidadania brasileira a partir de 1988 e o papel das minorias (povos indígenas, negros e mulheres) nesse processo. Para isso, os alunos farão análises de documentos escritos para fundamentar as discussões sobre esse importante tema da atualidade.

Objetivos de aprendizagem

- Reconhecer a importância da Constituição de 1988 para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos e analisar as conquistas obtidas por ela.
- Identificar o papel da mobilização social a partir de 1989 e analisar seu impacto nas mudanças promovidas a partir desse ano, como a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento da posse da terra por quilombolas e a criação e leis voltadas para a proteção da mulher.

Objetos de conhecimento e habilidades (BNCC)

Objetos de conhecimento	Habilidades
O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira A questão da violência contra populações marginalizadas	(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988. (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos. (EF09HI25) Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.

Desenvolvimento

Aula 1 – A Constituição de 1988

Duração: cerca de 45 minutos.
Local: sala de aula.
Organização dos alunos: em fileiras.
Recursos e/ou material necessário: lousa, giz, quadro, caderno e fonte documental para análise.
Material de referência: Artigo 5º da Constituição de 1988. Disponível em:
<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_5_.asp>. Acesso em: 31 ago. 2018

Inicie a aula perguntando o que é uma Constituição. Retome com os alunos a explicação de que uma Constituição é um conjunto de leis que servem de base para a estrutura jurídica de um Estado, o que significa que ela contém as leis fundamentais de um país. Essas leis, em larga medida, determinam o regime político de um Estado. Use como exemplo alguns artigos da Constituição de 1967, que determinavam o bipartidarismo, a proeminência do Poder Executivo em relação aos demais poderes e as eleições indiretas. Pergunte aos alunos quais características de governo aparecem com essas leis de 1967. Espera-se que eles saibam reconhecer as características de um governo autoritário.

Nesse momento, explique que a criação da Constituição de 1988 está relacionada ao final da ditadura militar e à retomada da participação popular nos movimentos contrários a ela. Cite a Emenda Dante de Oliveira, criada em 1983, e a sua relação com o movimento das Diretas Já. Pergunte aos alunos se eles sabem o que é uma Emenda Constitucional: uma alteração pontual no texto da Constituição Federal que implica a criação de uma nova lei que passa a ser incorporada ao texto constitucional. Em seguida, explique que a Emenda Dante de Oliveira pretendia acabar com as eleições indiretas para presidente, porque, desde 1964, essas eleições eram feitas pelo Congresso Nacional, sem a participação direta da população.

4º bimestre – Sequência didática 2

A Emenda Dante de Oliveira provocou a manifestação pública de vários políticos, atores, jornalistas e músicos a favor das eleições diretas. Essas manifestações alcançaram a população, que começou a se manifestar nas ruas. Vários comícios e manifestações populares ocorreram nas principais capitais exigindo que as eleições de 1985 fossem diretas.

Apesar desse projeto de emenda constitucional não ter sido aprovado, o movimento das Diretas Já foi importante pelo fato de a população ter retomado o direito de manifestar-se publicamente. Saliente que a cúpula militar não ignorava esses eventos, e que o presidente da época, o general João Baptista Figueiredo, classificou essas manifestações como “subversivas”. Ressalte que não houve a repressão física a esses movimentos, o que já indicava uma mudança no rumo político do Brasil.

Em 1985, José Sarney, assumiu a presidência do Brasil e, em fevereiro de 1987, foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte com ampla participação de partidos alinhados ao poder executivo e a setores conservadores da sociedade brasileira, como PMDB, PFL, PTB e PDS. Por outro lado, políticos e intelectuais conhecidos por sua luta pela democracia, como Ulisses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e Florestan Fernandes também participaram desse momento histórico.

A principal preocupação da Constituição de 1988 foi a de defender os valores democráticos. Leis que garantiam a participação popular nas eleições, a qualificação de crime hediondo e inafiançável para tortura e as que impendiam as tentativas de golpe contra o Estado democrático e a ordem constitucional foram criadas. O voto foi estendido aos analfabetos e aos maiores de 16 anos, e feito de forma secreta. Além disso, a carta constitucional valorizava a cidadania e as liberdades individuais, o que contribuiu para que fosse apelidada de “Constituição Cidadã”.

Após essa explanação, caso não seja possível disponibilizar cópias impressas de trechos aos alunos, escreva na lousa o texto do Artigo 5º da Constituição Federal e os seus quatro primeiros parágrafos, conforme o exemplo abaixo:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

4º bimestre – Sequência didática 2

Na sequência, apresente a seguinte questão na lousa e diga aos alunos que eles devem responder no caderno: O que é valorizado nessa lei constitucional? Espera-se que eles sejam capazes de responder que a lei constitucional valoriza principalmente a liberdade do indivíduo, garante a sua integridade física, moral e psicológica, a igualdade entre os sexos e a livre expressão do pensamento.

Encerre a aula perguntando oralmente aos alunos se esse trecho que eles acabaram de analisar justifica o fato de a Constituição de 1988 ser chamada de “Constituição Cidadã”. Espera-se que eles respondam que sim, pois ela garante a todos os brasileiros o direito de exercer a sua cidadania a partir da garantia de sua liberdade de expressão e de preservação de sua vida.

Aula 2 – Os Desafios à Cidadania

Duração: cerca de 45 minutos.

Local: sala de aula.

Organização dos alunos: em filas e em seguida devem ser formadas duplas.

Recursos e/ou material necessário: lousa, caderno, giz, lápis, fontes escritas para análise, cartolina e canetas hidrográficas

Material de referência:

- Título VIII Capítulo VIII Dos Índios. Disponível em: <www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CF88/Titulo_8.html>.
- Artigo 68 Artigo das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp>.
- Lei nº 11340. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>.
- Agenda Social Quilombola. Disponível em: <www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp>. (Acessos em: 31 ago. 2018.)

Nessa aula, os alunos vão aprender sobre as conquistas jurídicas das minorias e os desafios que elas encontram na atualidade para se afirmarem e exercerem sua cidadania. Comece retomando o Artigo 5º da Constituição Federal, trabalhado na última aula. Lembre aos alunos que esse artigo é uma garantia das liberdades individuais e da igualdade jurídica.

Ressalte que, apesar da Constituição garantir a liberdade e a ampla participação política, isso não ocorre de forma efetiva entre as chamadas minorias. Pergunte aos alunos o que significa o termo “minoria”. Certamente eles vão dizer que se refere às populações que são minoritárias, ou seja, que existem em menor quantidade em uma sociedade, ou que não são hegemônicas. Após ouvir as respostas, explique a eles que o conceito de minoria se refere às populações em uma sociedade que não exerce de forma plena os direitos que lhes são concedidos por lei.

Trabalhe nessa aula com a situação dos quilombolas, indígenas e mulheres, minorias que, apesar de terem seus direitos garantidos por lei, ainda são vítimas da desigualdade em razão de sua etnia ou sexo. Pergunte aos alunos se existe alguma comunidade indígena nas proximidades de onde eles moram, ou se algum deles tem pais ou avós indígenas. Caso algum ou alguns alunos levantem a mão, pergunte se eles conhecem alguma(s) característica(s) da vida desses povos. Pergunte a eles como vivem, como trabalham e a quem pertence a terra em que vivem. Deixe que eles responderam às perguntas e complemente-as dizendo que a Constituição de 1988 garantiu aos indígenas um capítulo próprio para delimitar os seus direitos. Explique aos alunos que a Constituição garante aos

4º bimestre – Sequência didática 2

povos indígenas o acesso a terra, bem como o direito de sua demarcação e proteção pelos termos da lei contra a invasão e a exploração por terceiros. A questão da terra é muito importante entre os povos indígenas, pois é por meio dela que também é assegurado o direito de preservarem seu modo de vida, sua cultura, com escolas que garantem uma estrutura de ensino diferenciada e a manutenção de sua língua. Em seguida, leia com os alunos o Capítulo VIII da Constituição Federal e ajude-os a analisar esses artigos.

Após suas considerações, comece a trabalhar com os direitos das comunidades quilombolas. Pergunte aos alunos se alguém se lembra (ou sabe) o que é um quilombo. Explique que quilombos eram locais utilizados principalmente por negros que fugiram da escravidão e ali se instalavam buscando liberdade e proteção. Mesmo após a Lei Áurea (que decretou o fim da escravidão no Brasil em 1888), os quilombos continuaram existindo, realizando atividades essencialmente agrícolas e artesanais. Leia então com eles o artigo 68 da Constituição, que garante aos quilombolas a posse definitiva das terras em que habitam. Sugere-se que seja lido também alguns trechos do Decreto 6261, que trabalha com a Agenda Social Quilombola, principalmente os três primeiros artigos, que definem a inclusão dessas comunidades a melhores condições de vida e ao exercício pleno da cidadania.

Por fim, aborde questões dos direitos das mulheres. A Constituição garante a igualdade entre homens e mulheres no Artigo 5º da Constituição, ao determinar que homens e mulheres compartilham dos mesmos direitos. Entretanto, em 2006, foi garantida às mulheres uma lei que procurava coibir e prevenir a violência doméstica. Essa lei passou a ser chamada de “Lei Maria da Penha” e se tornou um dos mais eficazes mecanismos jurídicos para a proteção do bem-estar e da vida da mulher.

Na sequência dessa exposição, organize os alunos em duplas e escreva na lousa a seguinte pergunta: Por que foi necessária a criação de leis que protegem as minorias no Brasil? Deixe os alunos pensarem na resposta por aproximadamente dez minutos e peça que eles escrevam a resposta no caderno. Em seguida, proponha que leiam suas respostas. Espera-se que eles respondam que as minorias devem ser protegidas pela força da lei em virtude de sua situação de maior vulnerabilidade, uma vez que a violência doméstica dá continuidade a práticas de uma sociedade machista e patriarcal, que se manifestam desde o período colonial.

Para finalizar essa aula, proponha a seguinte atividade: os alunos deverão ser divididos em grupos de quatro integrantes com o objetivo de produzir cartazes sobre a importância de uma constituição cidadã. Separe dois temas principais para essa atividade: direitos políticos e direitos civis. Espera-se que eles pesquisem esses dois tipos de direitos, exemplificando-os.

Instrua-os para que o foco seja a Constituição de 1988, principalmente o Artigo 5º. A pesquisa deverá continuar em casa e os resultados dela, bem como os cartazes, deverão ser expostos na aula seguinte, cujo tema central é mostrar a importância da manutenção dos direitos dos cidadãos. Essa é uma atividade que propõe um momento de reflexão e conscientização dos alunos, visando incentivar o posicionamento crítico deles. Incentive-os a criarem *hashtags* sobre o tema e a inserir essas palavras nos cartazes. Oriente-os para que ilustrem o cartaz de forma criativa de modo que esse material seja um apelo visual para a conscientização de atitudes cidadãs.

Aula 3 – A Importância dos Direitos Constitucionais

Duração: cerca de 45 minutos

Local: em sala de aula

Organização dos alunos: em grupos com quatro integrantes.

Recursos e/ou material necessário: lousa, giz, quadro, caderno e fita adesiva.

Nessa aula os alunos vão apresentar os cartazes produzidos. Peça que cada grupo apresente seu cartaz, explicando as motivações das escolhas do conteúdo, das *hashtags* e das imagens e ilustrações. Espera-se que, após a pesquisa, cada grupo tenha trabalhado os seguintes pontos:

- **Direitos Políticos:** os direitos políticos são aqueles que permitem ao cidadão interferir no rumo de sua sociedade, governo ou conduta política geral. Apesar do voto ser o principal elemento do direito político do indivíduo, ele não é o único. A divulgação de ideias pelas mídias, diálogos ou em eventos sociais também é uma forma de exercer seus direitos políticos, pois é dessa forma que se pode divulgar uma ideologia política. Além disso, a candidatura a cargos públicos, a criação de partidos políticos e a participação em grupos de bairro ou comunitários também são formas de exercer os direitos políticos. A participação em referendos e plebiscitos é garantida pela Constituição de 1988, dando à população a oportunidade de participar das decisões e das tomadas de decisões dentro de temas sociais.
- **Direitos Civis:** os direitos civis são aqueles que permitem ao cidadão ter a liberdade de seguir uma certa ideologia, religião, pensamento ou conduta pessoal. Os direitos civis são a base de qualquer sociedade, pois são eles que permitem que as pessoas exerçam a sua individualidade. O direito de livre expressão de ideias, ideologias e pensamentos são parte disso. Outro aspecto importante a ser discutido na apresentação diz respeito à propriedade privada que, segundo a Constituição de 1988, não é considerada inviolável, pois considera a propriedade como tendo uma função social, isto é, ela tem como objetivo principal a garantia de habitação a todos os cidadãos, e não a acumulação de capitais. Outros direitos civis que deverão ser analisados são o *habeas corpus* (direito de um indivíduo responder a um processo em liberdade) e o direito de ir e vir.

Finalize essa aula explicando aos alunos que a Constituição de 1988 não é apenas um documento que formaliza o fim da ditadura militar, ela é também uma carta constituinte que garante ao cidadão plenos direitos políticos, assegurando sua liberdade política e de expressão. Em razão disso ela pode ser considerada uma “Constituição Cidadã”.

Aferição do objetivo de aprendizagem

Para aferir o conhecimento da turma, acompanhe-os e verifique se cada um:

- Entendeu os motivos que levaram a população brasileira a participar dos movimentos políticos no final da ditadura militar.
- Identificou a importância da promulgação da Carta Constituinte de 1988 e os motivos de ela ser chamada de “Constituição Cidadã”.
- Compreendeu a definição do conceito de minoria.
- Relacionou a existência de leis que protegem as minorias e suas lutas pela conquista de seus direitos.

Questões para auxiliar na aferição

1. A Constituição de 1988 é um marco na história do Brasil, pois ela rompe com uma estrutura autoritária que existia desde 1964, sendo por isso chamada de “Constituição Cidadã”.
 - a) Por que a Constituição de 1988 é chamada de “cidadã”?
 - b) Qual é o principal artigo de lei que explica essa ruptura com a Carta Constituinte de 1967?
2. É garantido pela Constituição de 1988, **exceto**:
 - a) O direito à propriedade a não ser por populações indígenas, negros e mulheres.
 - b) O direito à liberdade política, ideológica e civil.
 - c) O direito dos índios terem terras demarcadas.
 - d) O direito a responder um processo em liberdade.

Gabarito das questões

1.
 - a) Porque ela garante a plena participação política ao cidadão brasileiro, tornando-se um direito fundamental.
 - b) O Artigo 5º, que explicita a igualdade perante a lei sem qualquer tipo de distinção, bem como a garantia de seus direitos fundamentais.
2. Alternativa correta: a.